

# **Catando as Migalhas da Mesa do Barão: reflexões acerca das estratégias administrativas e seu impacto na comunidade escrava – o caso do Barão de Santa Justa (Rio de Janeiro, 1873- 1884).**

Prof. Dr. Carlos Engemann

## Resumo:

Este trabalho investiga características desenvolvidas pela comunidade formada pelos escravos pertencentes ao barão de Santa Justa. Baseado em informações do inventário do barão e por registros do livro de batismos de escravos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, foram exploradas possibilidades na análise de compreensão da dinâmica escravista desenvolvida pelo barão em suas propriedades. O cruzamento das informações contidas em duas fontes diferentes, inventário e livro de batismos, proporcionou o traçado de uma ampla rede de conexões sociais.

Palavras-chave: Escravidão, parentesco, compadrio, Vale do Paraíba.

## Abstract

This work investigates characteristics developed by the community formed by slaves belonging to the Baron of Santa Justa. Based on information from the inventory of the baron and a book of records of baptisms of slaves of the Parish of São Pedro e São Paulo, possibilities were explored in the analysis of understanding the dynamics of slavery developed by the baron in his properties. The intersection of information contained in two different documents, inventory and book of baptisms, has enabled to trace wide network of social connections.

Keywords: Slavery, kinship, compadrio, Vale do Paraíba.

## Da escravidão e da história

*A posição legal do escravo resume-se nestas palavras: a Constituição não se ocupou dele.*

**Joaquim Nabuco**

De todas as características da escravidão, a sua ausência nos termos da lei é sem dúvida uma das que mais concorreram para modelar a forma com que se a estuda hodiernamente. O eco das palavras de Nabuco, em *O Abolicionismo* (Nabuco, 2000, p. 88), que nos servem de epígrafe, ainda nos é audível. Porém é difícil precisar se esta infame e estranha condição da massa de gentes cativas foi de fato uma condição per si ou apenas um sintoma das mais profundas estruturas da escravidão. Na primeira leitura, ter-se-ia então apenas uma expressão da exclusão dos escravos da ordem pretensamente liberal instaurada pela Carta de 1824. Em outras palavras, a omissão seria apenas a forma com a qual o modelo de liberalismo – pitoresco por certo – que se esboçava no Império lidaria com a questão. E de fato, assim o foi. A ausência do assunto nas principais pautas do Estado foi mantida até que o fim da Monarquia tupiniquim se avizinhasse. Outra forma de entender o não dito do cativo na Lei se desenha quando

tomamos o fenômeno como sintomático da natureza consuetudinária das relações que estabeleciam e sustentavam o cativo. Sendo a escravidão uma relação, muito mais que uma instituição, posto que carecia de formalidade, esta se conjugava por meios primordialmente informais.

Houve a retórica dos jesuítas dos séculos XVII e XVIII, que buscava postular uma escravidão cristã, isto é, austera, não obstante moderada na violência e benigna nas provisões. Retirava o peso de ilegalidade do tráfico transformando-o em resgate, como em Antônio Vieira (VIEIRA, sermão XIV) e Manuel Ribeiro Rocha (ROCHA, 1992). Em especial em Ribeiro Rocha, observa-se uma manobra no discurso jurídico-teológico que transforma o tráfico – errôneo em sua natureza por comercializar a liberdade, um bem inalienável – em resgate, não apenas lícito, mas também louvável, tornando senhor e escravo sócios de um bizarro negócio: em última instância a própria escravidão. Assim, progressivamente com os frutos do seu trabalho o escravo poderia comprar a parte de seu senhor, adquirida pelo pagamento do “resgate”, para ser manumisso após vinte anos de trabalho.

No século XIX, em especial na segunda metade, elementos dessas elaborações vão se repetir em grande medida na lógica econômica dos manuais agrícolas. Na alquimia discursiva dos senhores de escravos, um outro ingrediente vai ser acrescido: o fardo dos escravistas. Tal qual o “fardo do homem branco”, os proprietários vão se colocar em seus escritos como os que mais desejam e anseiam pelo fim da escravidão. Em suas contas bem feitas, apontam para o prejuízo amargado com a mão-de-obra cativa, lamúria atrás de lamúria desfilam um rosário de problemas que se lhes acarreta o uso do cativo. Assim é com Taunay (TAUNAY, 2001) e com o Barão de Paty de Alferes (WERNECK, 1985), fazendo crer aos seus leitores que concordam com a voz corrente de que a escravidão é o cancro da nação. Cancro este, no entanto, que se for extirpado naquele momento, levará a economia da nação a óbito.

Se, como dissemos, contas feitas, o que se verifica é prejuízo, o que leva a classe empresarial rural defender um elemento que gera desperdício e, portanto, prejuízo? Esboçando uma resposta, voltamos ao problema da Constituição. Uma vez que a escravidão carecia de instrumentos legais de controle, e poderia ser imaginada, na sua forma mais dura, tal como exposta por Taunay, “o contrato da violência e a não-resistência”, por outro lado, tanto a parte da violência quanto a parte da não-resistência tinham mais a oferecer. De modos diversos, insidiosos, dolosos, singelos, simples,

complexos, enfim dotados de todas as mazelas e capacidades da alma humana, de parte a parte, muito mais podia se obter do que apenas a violência e a não-resistência.

Senhores sem escravos não são senhores. O óbvio desta afirmação revela a essência das relações escravistas, nem de longe redutíveis aos jogos mercadológicos de ganhos e prejuízos típicos do *homo economicus*, assumido nos discursos dos manuais senhoriais. A função social do desperdício é o núcleo do *status* dos senhores. Aí, na extensão de sua dispendiosa e aparentemente custosa escravaria, residia boa parte do poder de mando e da projeção social dos senhores de uma terra que, mesmo cento e tantos anos depois de extinta a escravidão, parece ainda ter verdadeira veneração por senhores de escravos. Em detrimento de soluções mais eficientes e mais baratas, as relações escravistas se sustentaram enquanto a parte senhoril pôde fazê-lo.

Por isso, não é de se estranhar que os autores de manuais agrícolas do século XIX, senhores de escravos, praticamente ignorassem a tradição modernizadora de uma das maiores obras do gênero, composta ainda no século XVIII pelo frei José Mariano da Conceição Velloso, chamada *O Fazendeiro do Brasil*.

E se este é o estado primitivo, e natural da superfície do Brasil, quanto não se terá este deteriorado, pela mal entendida Agricultura de seus habitantes(sic), desde a época do seu descobrimento, até o presente, por dois séculos e meio? As suposições seguintes darão em grosso uma idéia; e senão derem um calculo certo, o darão aproximado.

Suponha-se que o Brasil tenha um milhão de escravos, e que só a terceira parte destes, se emprega na agricultura; logo teremos trezentos e trinta mil homens ocupados efetivamente em derribar matas, em razão proporcionalmente do aumento da população, até pólos(sic) em setaes(sic), e cafezais, ou sem torrão produtivo. Não há outra lavoura, outro amanhã no Brasil, senão derribar matas. (VELLOSO, 1798, 12)

No tomo 1 da primeira parte, o frei Velloso mostra não apenas a sua grande preocupação com o desperdício de recursos naturais bem como já começa a apontar para sua consternação com o desperdício de trabalho. Classificando de primitiva a agricultura brasileira, Velloso, um homem por certo moderno, despreza o arcaísmo de nossas relações sociais. Mais adiante o mesmo autor comenta:

Queiram eles, mais cordatos, e advertidos, novamente fazer outra substituição, admitindo na sua economia rural em lugar de escravos ou racionais, os irracionais, bois, cavalos, bestas muares; em lugar de machados, foices, e enxadas, arados, charruas; em lugar das cinzas de lenhos, tão preciosos, e necessários, marnes(sic), estrumes, e todos os outros adubos; em uma palavra; tudo quanto a sabia, e iluminada Europa usa nas suas

lavouras; conheceram então os multiplicados proveitos, de que os priva a sua sega(sic), pernicioso, e antiga rotina das derribadas. (VELLOSO, 1798, 12)

O que Velloso não considerou certamente é que o *status* advindo da posse de homens é, sem dúvida, maior que o de possuir bestas. Possuir gentes era, então, por certo mais socialmente atrativo do que a poupança financeira advinda da sua substituição pelos irracionais. Com todas as vantagens operacionais apontadas por Velloso, a escravidão ainda mantém seus atrativos de ordem imaterial. De um modo geral, o próprio desperdício, que na alma arcaica se traduz por fartura e prodigalidade (KULA 1979, 42), é um elemento fundamental para a auto-imagem da elite senhorial luso brasileira. Por isso, Velloso insiste nos cálculos duros de produtividade, tomando outros modelos de gerenciamento de recursos como paradigmáticos para o Brasil.

Podia-se facilitar (diz Miller o mais sábio agricultor da Inglaterra ) a cultura, se os habitantes das nossas Colonias da América, quisessem servir-se de uma charrua; porque com este instrumento, e duas pessoas fariam em um dia muito mais trabalho, do que aquele que poderiam fazer vinte pessoas, pelo método que praticão. – Duas bestas, um só homem (diz o autor da Agricultura Americana) farão mais serviços em um só dia, que vinte bons escravos. – Duas ou três bestas murais, ou bois, um arado, dois homens, fariam maior quantidade de trabalho na preparação de qualquer terreno, que trinta e cinco escravos. - Um arado com duas, três, quatro bestas, trabalharam mais que cem pretos. (VELLOSO, 1798, 12)

Economizar “cem pretos” seria, a rigor, desperdiçar cem oportunidades de exercer e espelhar mando e poder. Numa sociedade de geopolítica precisa, isso seria sandice. O projeto arcaico que atraía investidores para setores específicos da economia, mesmo que menos rentáveis, como observado por Florentino e Frago (RIBEIRO e FLORENTINO, 2001) também se revela em outra esfera da vida econômica e social.

Por estranho que pareça, ainda nos dias de hoje, a vida nas cidades geradas pela expansão da agricultura cafeeira guarda uma estranha nostalgia. Há uma certa saudade do baronato e da nobiliarquia, na verdade, quase uma veneração pela decaída elite que costumava se dar ares de fidalguia, encastelada em seus palácios fronteados por fileiras pareadas de palmeiras imperiais. Estranha para nós, os oriundos de um mundo urbano e com outros fatores de identidade, esta identificação profunda, que atesta a eficiência do poder social baseado no desperdício, emerge em toda parte, desde os topônimos até as festas turísticas. Momentos nos quais se abrem as fazendas e “sinhas”, ladeadas por mucamas, recebem os visitantes para uma refeição pródiga. Por mais absurdo que nos

possa parecer, ressuscita-se uma das mais perversas relações sociais já estabelecidas neste país, por ser esta necessária na caracterização da saudosa elite baronial. Mais absurdo ainda, nos parece, é a audiência que ocorre ávida para ver o que ama e execra, ali encenado. Talvez estejam todos acometidos pela saudade do escravo da qual falava Nabuco.

A nós interessa reter o quanto esta relação é estrutural na constituição social da elite de então, a ponto de permanecer como seu referencial na memória coletiva da região. Interessa-nos, igualmente, ponderar que o processo de sua formação está intrinsecamente ligado ao processo de constituição de suas senzalas, de tal modo que, em certo sentido, à constituição da comunidade de senhores, corresponde à formação de comunidades escravas ao redor de seus palácios.

De fato, estamos tratando de homens com grande fortuna e com escravarias consideráveis. Tomemos como exemplo desta nata afortunada pelo destino o Barão de Santa Justa, digno representante da mais fausta elite do Vale do Paraíba. Francisco Rodrigues Alves Barbosa, patriarca de uma das primeiras famílias a ocupar a região, além de possuir quatro fazendas na região de Paraíba do Sul, tinha moradia assentada no Rio de Janeiro, à rua Municipal, número 15. Após a morte do Barão, em 1872, sua mulher podia ser vista com “trajes masculinos” cavalcando “qual amazona bárbara” pelas suas fazendas.<sup>1</sup> Vejamos o que é possível apreender sobre as estratégias administrativas empreendidas em seu vasto plantel pelo senhor barão.

### **Entre historiador e coveiro: os números de uma escravidão.**

*Numerar sepulturas e carneiros,  
Reduzir carnes podres a algarismos,  
Tal é, sem complicados silogismos,  
A aritmética hedionda dos coveiros!  
Um, dois, três, quatro, cinco...  
Esoterismos da Morte!  
E eu vejo, em fúlgidos letreiros,  
Na progressão dos números inteiros  
A gênese de todos os abismos!*  
**Augusto dos Anjos**

A aridez das fontes relativas á escravidão empurra os que se dedicam a compreendê-la a uma encruzilhada: ou trabalham com fontes geradas, *grosso modo*, por textos sobre a escravidão (literatura de viagem, manuais agrícolas, textos eclesiásticos, anúncios de fuga e processos criminais), ou trabalham tentando garimpar o que se

---

<sup>1</sup> Informações obtidas em: [http://www.jbcultura.com.br/cafe/bazao\\_heraldico13.htm](http://www.jbcultura.com.br/cafe/bazao_heraldico13.htm) em 12/07/2007

esconde nas listas e listas de listas de escravos. O dilema que nos une é que em ambos os casos, são fontes produzidas por outros acerca dos cativos que tentamos tangenciar com nossas perguntas e hipóteses. As fontes que nos contam a respeito da escravaria do barão nos conduzem ao segundo método de trabalho: às estatísticas, à base demográfica e aos métodos quantitativos. Os números não são inocentes e podem ser manipulados talvez com mais facilidade que as letras. É preciso torturar aqueles menos que estas para que digam o que se deseja deles.

Enfrentamos, pois, um perigo: o de nos tornar os coveiros de Augusto dos Anjos, que transformam as carnes em algarismos, numa macabra aritmética que desencarna os homens e mulheres de que tratamos. Reduzir-lhes as vidas, por certo farta em dores e fulgores, com ambições e desejos, com tudo que é inerente à própria vida enfim, a algarismos frios e faltos da chama da humanidade é certamente a memória mais cruel que podemos construir-lhes. Estaríamos, mais uma vez, a conduzir-lhes a nossos mercados acadêmicos e a tratá-los como peças, peças numéricas, realçando a pior das pechas imputadas àqueles que emprestam a sua existência para o exercício de nosso ofício. De fato, a operação a ser executada é exatamente a oposta. Antes que reduzir vida a números, é ler nos números a vida que pulsava de modo tão eloqüente que marcou seus vestígios a bem das negligências dos escribas. Esse é, sem dúvida, o princípio que nos aparta da gênese de todos os abismos que se encontra no fim da progressão dos números inteiros.

Isso posto, a tarefa restante é usar de fidedignidade e parcimônia para com os métodos disponíveis e com aqueles que por ventura criamos. O que acarreta ao leitor o enfado de tomar ciência de métodos e cálculos freqüentemente desinteressantes. São eles, os métodos enfadonhos, que nos permitem catar as migalhas que caíram da mesa do barão para tentar reconstruir o pão de cada dia dos seus escravos. As migalhas que temos em mãos foram coletadas em seu inventário *post-mortem*, depositado no Arquivo Nacional, e nas listas de batismos da Freguesia de São Pedro e São Paulo, em Paraíba do Sul, Rio de Janeiro.

É preciso considerar que temos em mãos quatro fazendas de um mesmo dono, provavelmente com uma mesma estratégia em sua administração, mesmo que em estágios diferentes de formação. Trata-se, em princípio, da mesma dose de incentivo ou inibição de práticas como o casamento e o compadrio. Não nos é possível afirmar se Francisco Alves era leitor de algum dos manuais agrícolas de que tratamos, talvez o fosse. No entanto, certamente as idéias contidas nesses livros chegaram ao

conhecimento do barão. Vejamos o que os dados contidos em seu inventário nos dizem a respeito de sua política escravista e de como seus escravos dialogavam com ela.

Começemos pela pirâmide sexo-etária, um tipo particular de gráfico que permite ir além dos instantâneos e proporciona uma visão mais ampla da população e de sua história. Dentre os ganhos na sua utilização como ferramenta de análise o mais destacado, em termos gerais, é a visualização do estado de uma população em um só gráfico, mais claro e conciso que qualquer outro modelo (pizza, colunas verticais, linhas,...). Sendo superior à idéia de indivíduo médio, uma construção que por vezes representa não mais que 30% da população, a pirâmide etário-sexual provê o leitor, simultaneamente, com informações das diversas faixas etárias tanto para homens quanto para mulheres. No estudo da escravidão, o uso da pirâmide etário-sexual apresenta uma vantagem a mais. Permite, por ilação, construir uma idéia da relação do plantel com o tráfico de escravos.

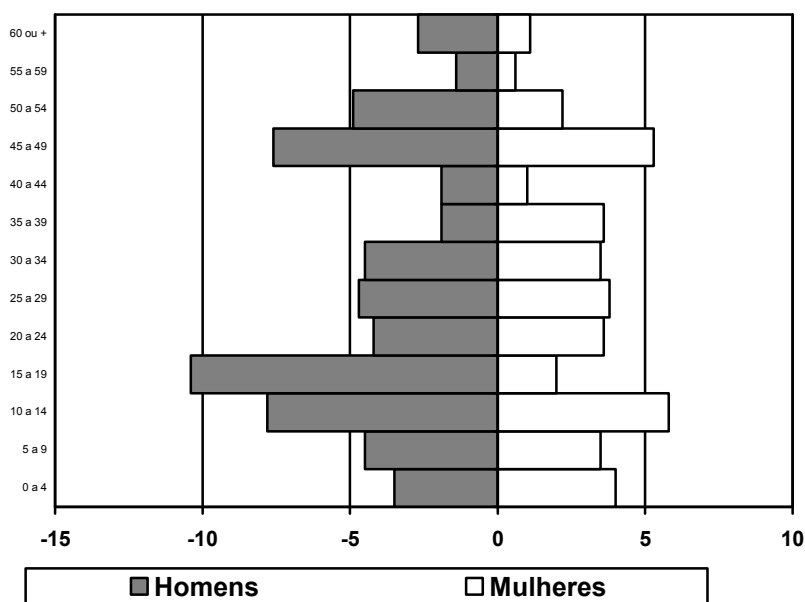
Sabe-se que os modelos são paradigmas teóricos imprescindíveis à análise das práticas sociais. Em sua forma pura, porém, raramente são encontrados na vida concreta. Assim, utilizamos a pirâmide do agroluminense apenas para efeito de comparação com as pirâmides sexo-etárias construídas com os dados específicos de cada um dos plantéis que aqui nos propomos estudar. Tal procedimento permitiu uma melhor definição do tempo de afastamento do mercado das fazendas mencionadas e, mais importante, a visualização do processo, por vezes passo a passo, bem como as conseqüências desse afastamento. (FLORENTINO E MACHADO, 2003, 168).

A partir de uma média das populações de grandes plantéis em período de alta do tráfico (1810-1830), pôde-se observar que a tendência era de um crescimento nas proporções de homens a partir dos 15 anos até os 34 anos, com especial excrescência nas idades entre 24 e 34 anos. Com isso, é possível postular que as escravarias que possuem pirâmide demográfica com desenho semelhante sustentam seus níveis populacionais pelo tráfico atlântico de almas. Pelo oposto, as que possuem uma base larga que vai se afinando, quanto mais velhos forem os cativos, têm se sustentado por reprodução endógena – taxa de natalidade maior que mortalidade – já há algum tempo. No meio do caminho, existem pirâmides que apresentam excrescências em faixas etária mais elevadas, *grosso modo*, depois de 40 anos. Trata-se, por suposto, da última grande compra do proprietário no mercado.

O barão de Santa Justa possuía quatro fazendas relacionadas em seu inventário:

São Fidélis, Serra, Santana e Santa Justa. A soma de seus escravos ultrapassa a casa das cinco centenas, dentre os quais, 131 eram nascidos em África. A configuração sexo-etária do conjunto dos cativos do senhor Francisco revela, pelo método comparativo descrito anteriormente, duas grandes possíveis compras na sua história recente. A primeira e mais antiga se refere, muito possivelmente, ao tráfico atlântico e encontra-se registrada no gráfico pela excrescência entre 45 e 54 anos. Não por acaso dos 131 escravos assentados como africanos, nada menos que 100 se encontram nesta faixa de idade, o que corresponde a mais de três quartos do total.

Gráfico 1 : Pirâmide etário-sexual (%) da escravaria do Barão de Santa Justa (1873)



Fonte: Inventário do Barão de Santa Justa (Francisco Rodrigues Alves Barbosa), 1872-73. Arquivo Nacional. RJ.

Dentre estes estava a lavadeira Cypriana que, segundo o inventário, contava 46 anos em 1873. É possível que Cypriana tenha chegado ao mercado do Valongo com 20 anos, pouco mais ou menos. No entanto, nos vinte e poucos anos que supomos tenha passado sob o jugo do senhor Francisco, não constituiu laços que fossem reconhecidos pelo avaliador do inventário. História bem diversa teve Antônio, nascido em algum ponto por nós desconhecido na África, provavelmente pelos idos de 1723. Antônio, habitante das senzalas da fazenda Santa Justa, casou-se com Fortunata, com quem teve uma prole farta. Conhecemos cinco dos filhos que vingaram: a mais velha foi Mercedes, que na época do inventário estava com 22 anos e era mãe de dois filhos, Sigismundo e



Justiniano. Após Mercedes, vieram os gêmeos Thomaz e Thomazia que nasceram mais ou menos em 1860. As caçulas eram Cristina e Balbina, ambas numa situação pouco comum mais não de todo absurda, eram mais jovens que seu sobrinho Sigismundo, com nove anos, quando as duas tinham respectivamente seis anos e um ano, a mesma idade de Justiniano, o caçula de Mercedes.

Um dos mistérios, daqueles que capturam a nossa atenção por tempos infintos, é porque Cyprianas acabam aos 46 anos sem uma relação reconhecida pelo entorno senhorial, sem filhos registrados, trabalhando na roça e Antônio não são classificados como “da roça”, tem seu matrimônio reconhecido, assim como a sua paternidade e até a sua terceira geração está vinculada a ele. De súbito somos tentados a avaliar ambos os casos na dicotomia sucesso e fracasso. Os que como Antônio lograram o reconhecimento de suas relações seriam os que obtiveram o sucesso em suas estratégias. Neste conjunto estariam cativos como Bazílio e Domingas, ambos africanos e igualmente cabeças de uma família extensa, ou Joaquina, africana de serviços domésticos, ou ainda Joaquim, que mesmo sendo africano tornou-se barbeiro e enfermeiro, e assim outros tantos. Na outra extremidade dos raios da roda da vida estariam as Cyprianas, pares daqueles que como um outro Joaquim, chegaram aos 45 anos aparentemente sem vincular-se profundamente nas malhas sociais locais.

No entanto, os limites da fonte são severos demais para autorizar postulados como esses. Não sabemos a que tipo de relações não sancionada pelos senhores ou, que mesmo sancionadas, nos escaparam pela precariedade e esqualidez das fontes. Em outras palavras, não nos é possível transformar a ausência de evidência numa evidência da ausência. Também não nos é dado a conhecer as estratégias e as intenções de cada uma das almas, das quais pouco mais que tomamos conhecimento da existência. Por tanto, qualquer juízo sobre sucesso ou fracasso, objetivamente relativo às estratégias empreendidas, seria, diante de nossa abissal ignorância em relação aos pensamentos e desejos das Cyprianas e Joaquins, leviano por definição.

Voltando às possíveis compras do barão, somos levados, em princípio, a postular que a segunda e mais recente teria sido feita ao tráfico interno, por serem em especial rapazotes entre 10 e 20 anos. O que equivale dizer que teriam nascido entre 1853 e 1863, aproximadamente, para chegarem ao inventário de 1872-73 com esta idade. Aqui temos um dado curioso: praticamente todos os 414 crioulos possuem a origem discriminada, sendo que 65% de todos os cativos constam como originários do Rio de Janeiro. Impossível nos é, para todos os casos, saber se foram comprados no Rio de

Janeiro ou se são cria da própria fazenda. Para sermos mais precisos, não obstante o enfado, estamos falando de um total de 359 escravos fluminenses, mais de 85%, em contraste com apenas 56 de outras províncias.

Tabela 1: Distribuição dos escravos crioulos do Barão de Santa Justa por origem (1872-1873)

<i>Procedência</i>	#	%
BA	16	3.7
CE	4	1.0
MA	5	1.2
MG	12	2.9
PA	1	0.2
PE	9	2.2
PI	4	1.0
RJ	359	86.5
SC	4	1.0
SP	1	0.3
Total	415	100.0

Fonte: Inventário do Barão de Santa Justa (Francisco Rodrigues Alves Barbosa), 1872-73. Arquivo Nacional. RJ.

De fato, os fluminenses eram quase três vezes mais numerosos que os africanos e quase oito vezes mais presentes do que cativos de outras regiões, no entanto, pouco sabemos sobre como vieram parar nas senzalas de Francisco Alves Barbosa. A exceção a esta regra são as fazenda da Serra e São Fidélis, que por um desses felizes acasos do destino constam a forma de obtenção dos seus cativos. Na tabela 2 reproduzimos o que foi possível apurar em relação à origem dos escravos de São Fidélis e da Serra.

O que temos é que os 256 escravos constantes no inventário das duas fazendas possuem registro da forma de aquisição. Desses, 186 são adscritos como oriundos do Rio de Janeiro, sendo 49 por nascimento, 5 por herança e os outros 41 por compra. Evitando rodeios estatísticos e indo direto ao ponto, a tomar como base as fazendas da Serra e São Fidélis, cerca da metade dos fluminenses foram adquiridos, enquanto a outra metade nasceu em uma das propriedades. Embora esse não seja um dado exato, nos fornece uma pista de que a segunda compra foi feita, talvez em sua maior parte de escravos oriundos da própria província e em menor escala de outras províncias. Este padrão é consonante com os dados obtidos para o mesmo período na Zona da Mata

mineira, onde apenas 20% dos escravos negociados eram de fora da província.<sup>2</sup>

Confirma a nossa hipótese original, de duas compras distintas em duas fontes diversas, a média de idade de cada procedência. Os cativos assinalados como procedentes de África tem uma média de idade de cerca de 50 anos, mais de 15 anos, em média, mais velhos que os escravos vindos da Bahia ou Pernambuco e mais de 20 anos, em média, mais velhos que os escravos de outras paragens. Os escravos de origem fluminense são os mais jovens em média, já que computam não apenas os comprados, mas os nascidos nas fazendas do próprio Barão. Ao que parece, a compra no tráfico interno que marcou a excrecência na faixa dos 10 a 20 anos, teve como principal fonte a província do Rio de Janeiro. Curiosamente, os escravos do Nordeste do país tendem a ser mais velhos que os do sudeste, exceção feita para o único escravo comprado de São Paulo, com 40 anos.

Tabela 2: Distribuição dos escravos do Barão de Santa Justa por procedência e faixa etária (1872-1873)

Faixa Etária	Procedência											Total
	AF	BA	CE	MA	MG	PA	PE	PI	RJ	SC	SP	
00 – 04	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0	0	40
05 – 09	0	0	0	0	0	0	0	0	44	0	0	44
10 – 14	0	0	0	0	4	0	0	0	70	1	0	75
15 – 19	0	1	0	2	2	0	0	0	62	1	0	68
20 – 24	0	2	0	0	2	0	0	0	38	1	0	43
25 – 29	0	1	3	2	0	1	2	1	37	0	0	47
30 – 34	0	5	1	1	3	0	3	3	27	0	0	43
35 – 39	0	3	0	0	0	0	2	0	24	1	0	30
40 – 44	5	1	0	0	0	0	1	0	7	0	1	15
45 – 49	66	1	0	0	0	0	0	0	4	0	0	71
50 – 54	34	1	0	0	0	0	1	0	3	0	0	39
55 – 59	9	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	10
+ de 60	17	1	0	0	0	0	0	0	3	0	0	21
Total	131	16	4	5	12	1	9	4	359	4	1	546

Fonte: Inventário do Barão de Santa Justa (Francisco Rodrigues Alves Barbosa), 1872-73. Arquivo Nacional. RJ.

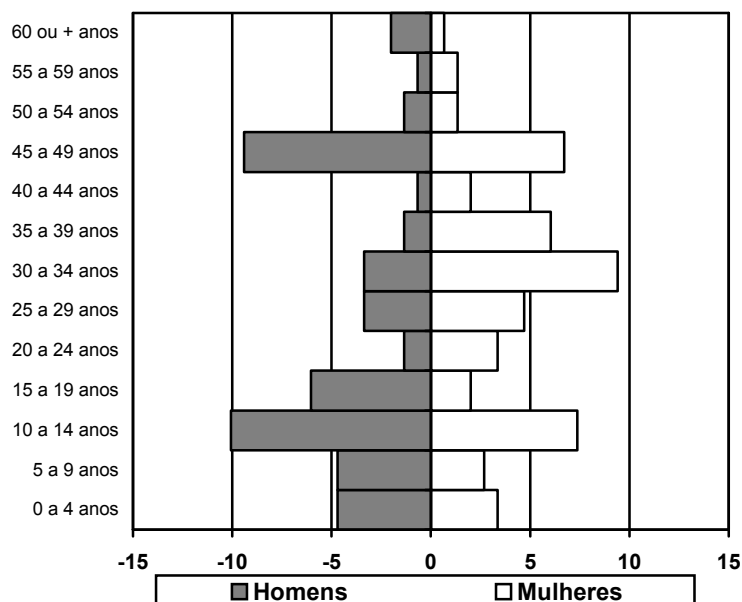
A tabela 2 nos informa a respeito das idades dos escravos em acordo com sua procedência. Nela é possível identificar as excrecências da pirâmide demográfica, agora em números absolutos. De cima para baixo, na tabela, vemos os números que geraram a pirâmide de baixo para cima. Logo, entre os 75 escravos de 10 a 14 anos e os 68 de 15 a 19, estão os que postulamos serem da mais recente compra, assim como entre

<sup>2</sup> Cf. MACHADO, Cláudio H. *Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais: Juiz de Fora, na Zona da Mata (Segunda metade do século XIX)*. Monografia de especialização. Juiz de Fora: UFJF, 1998.

os cativos de 45 a 54 anos encontram-se os que aventamos terem sido adquiridos na mais antiga, uma vez que, dos 110 escravos entre 45 e 54 anos, 100 são africanos. De igual modo, não estranha que dos 143 jovens cativos entre 10 e 19 anos, 132 sejam fluminenses, corroborando a hipótese de um abastecimento local, quicá de proprietários vizinhos em dificuldades, reduzindo a necessidade de recurso às outras províncias, que forneceram apenas 56 dos 546 escravos do Barão, isto é, cerca de 10%.

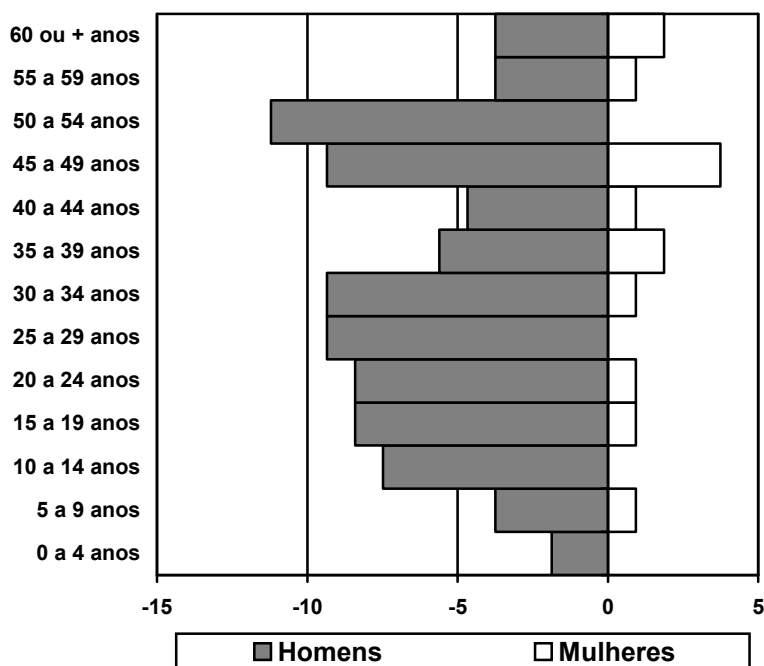
A dificuldade que subsiste é saber a proporção de escravos adquiridos no tráfico fluminense e nascidos nas propriedades. Como dito anteriormente, apenas duas das fazendas constam referência forma de aquisição dos cativos avaliados, a São Fidélis e a Fazenda da Serra, comparando as pirâmides demográficas das quatro fazendas, é possível, perceber que estão entre as de menor proporção de cativos na faixa dos 10 aos 19 anos.

Gráfico 3: Pirâmide etário-sexual (%) da escravaria da fazenda São Fidélis (Barão de Santa Justa/1873)



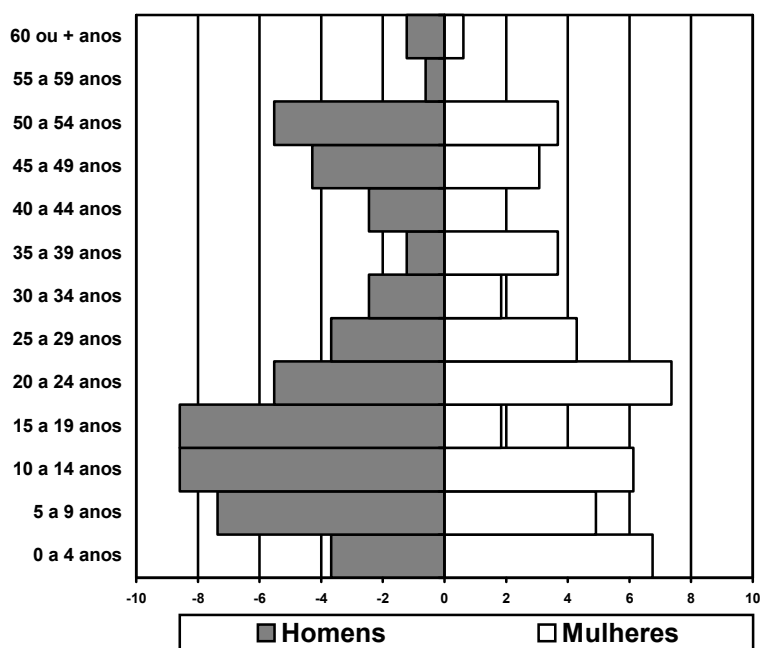
Fonte: Inventário do Barão de Santa Justa (Francisco Rodrigues Alves Barbosa), 1872-73. Arquivo Nacional. RJ.

Gráfico 4: Pirâmide etário-sexual (%) da escravaria da fazenda da Serra (Barão de Santa Justa/1873)



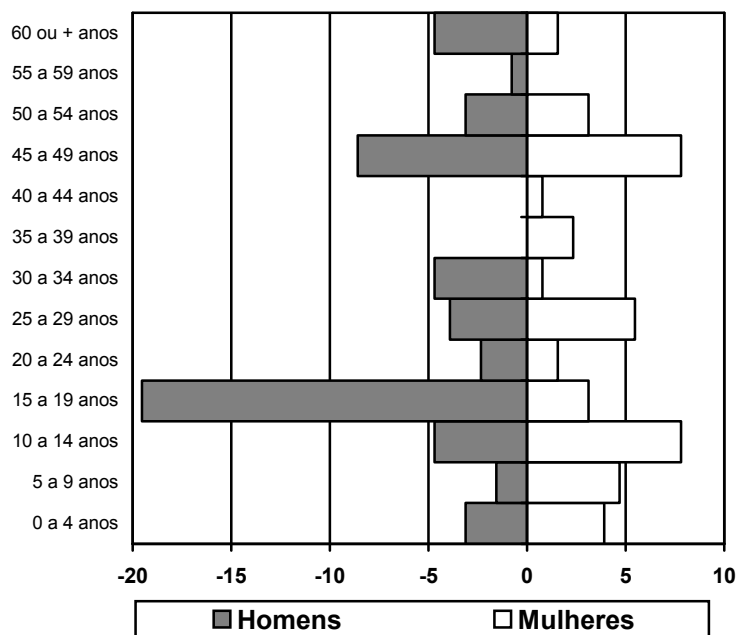
Fonte: Inventário do Barão de Santa Justa (Francisco Rodrigues Alves Barbosa), 1872-73. Arquivo Nacional. RJ.

Gráfico 5: Pirâmide etário-sexual (%) da escravaria da fazenda de Santa Justa (Barão de Santa Justa/1873)



Fonte: Inventário do Barão de Santa Justa (Francisco Rodrigues Alves Barbosa), 1872-73. Arquivo Nacional. RJ.

Gráfico 6: Pirâmide etário-sexual (%) da escravaria da fazenda de Santana (Barão de Santa Justa/1873)



Fonte: Inventário do Barão de Santa Justa (Francisco Rodrigues Alves Barbosa), 1872-73. Arquivo Nacional. RJ.

Comparando as quatro pirâmides temos, de um modo geral, perfis bem distintos. Na fazenda São Fidélis fica muito evidente as formas que manifestam as possíveis compras de que vínhamos falando até aqui. Além destas, apresenta também um ressaltado considerável no lado feminino, indicando uma maior proporção de mulheres entre 30 e 34 anos, conseqüência da presença de 14 mulheres nesta faixa, sendo 9 compradas – 2 originárias de Pernambuco, 3 de Minas Gerais e 4 do Rio de Janeiro –, 3 herdadas e 2 nascidas nas terras do Barão.

A formação sexo-etária da fazenda da Serra é uma espécie de paroxismo dos efeitos do tráfico na população de um plantel, dilatando seu contingente masculino a proporções exageradas, sugerindo que a população desta fazenda foi formada em grande medida pelo ingresso de estrangeiros. É isso, pois, o que se verifica: dos 107 escravos presentes nas senzalas da Serra, 92 deles são comprados, com especial destaque para 36 africanos e 32 fluminenses, sendo apenas 2 herdados e 13 crias de uma das senzalas locais. Dito de outro modo, cerca de 85% dos escravos que estavam a labutar para a fortuna do Barão na fazenda da Serra eram de outras paragens, o que nos tenta a tomá-la como mais recente aquisição do senhor Francisco e, portanto, em fase de limpeza do chão e plantio dos cafezais.

A fazenda Santa Justa, que parece ter dado nome ao baronato do senhor Francisco, é a que apresenta a pirâmide mais equilibrada, o que nos leva a considerar a hipótese de que esta seja a mais antiga e, portanto, a que preserva de forma menos evidente as marcas do ingresso de estrangeiros. Embora não disponhamos de informações acerca da origem dos cativos das senzalas de Santa Justa, é sugestivo que 80% sejam fluminenses, contra menos de 16% de africanos. É um indício vago, mas não sendo esta a fazenda com maior proporção de jovens escravos fluminenses na faixa de 10 a 19 anos, que postulamos terem sido, ao menos boa parte, comprados, podemos por ilação tomá-la como a de população mais socialmente sedimentada.

Por último temos a fazenda Santana. Nesta, as marcas das compras são mais evidentes que nas outras três, a começar que em suas senzalas só havia escravos adscritos como africanos ou fluminenses. Mais que isso, seus contornos são bastante delineados: na faixa da primeira compra, a que postulamos ser fundamentalmente de africanos, apresenta 27 africanos e 2 fluminenses, em termos percentuais do total, isso significa algo em torno de 20% de africanos contra 1,5% de crioulos da província do Rio de Janeiro. No que se refere a segunda compra, os números são bastante pródigos: 45 fluminenses entre 10 e 19 anos, ou seja, mais de 35% do total. Embora a pirâmide desta fazenda não apresente um hipertrofia no lado masculino, como a fazenda da Serra, os vestígios dessas compras são menos suavizados pela população local que naquela.

As pirâmides apresentam um outro dado negligenciado até aqui: em todas as fazendas, a população masculina entre 35 e 44 anos é proporcionalmente reduzida e na fazenda Santana é literalmente inexistente. São escravos *grosso modo* nascidos na década de 1830 e chegando ao ápice de sua idade produtiva aproximadamente no início da década de 1850, cuja ausência revela algum tipo de percalço na trajetória. Seria esse o indício da existência de um *gap* de uma década até que se articulasse o tráfico interno, durante o qual as compras foram escassas? É possível.

No entanto, se tomarmos apenas as fazendas de São Fidélis e da Serra, nas quais há referência ao meio de aquisição dos escravos, veremos que a proporção de aquisições está em queda. Na tabela 3 vemos que, para as fazendas da Serra e São Fidélis, se tomamos apenas o grupo de 10 a 19 anos a proporção é de, aproximadamente, 40% a 60%. Por ilação, podemos supor que esta fosse, pouco mais ou menos, a mesma proporção em Santa Justa. No entanto, ao tomarmos o conjunto das escravarias das duas fazendas, a diferença entre as proporções de comprados e nascidos passa a se aproximar de 70/30. A princípio, poderíamos tomar estas como populações tomadas de

estrangeiros, porém nas idades superiores a vinte anos, a proporção é de quase 90% de comprados contra pouco menos de 10% de nascidos. O que equivale dizer que os nascidos estão formando as primeiras gerações em uma comunidade onde praticamente todos são, de algum modo, estrangeiros.

Tabela 3: Escravos das fazendas da Serra e São Fidélis por forma de aquisição (Barão de Santa Justa, 1872-1873)

Forma de Aquisição	De 10 anos a 19 anos		20 anos ou mais		Todas as idades	
	#	%	#	%	#	%
Compra	33	59	148	87.1	186	72.7
Herança	0	0	8	4.7	8	3.1
Nascimento	23	41	14	8.2	62	24.2
Total	56	100.0	170	100.0	256	100.0

Fonte: Inventário do Barão de Santa Justa (Francisco Rodrigues Alves Barbosa), 1872-73. Arquivo Nacional. RJ.

De qualquer modo, uma outra questão, por certo mais profunda, subsiste a essa reflexão numérica tecida até aqui. Em que implicaria ser um escravo nascido ou comprado? E mais, quais as potenciais diferenças em ser comprado nas vizinhanças ou em paragens mais longínquas? De fato, não temos muito em mãos para responder estas questões, porém a sina do historiador é responder as perguntas que se faz com o que possui. Vejamos o que foi possível fazer.

### **Redes parentais extensas: tudo junto ao mesmo tempo agora**

*Familia, família  
Janta junto todo dia,  
Nunca perde essa mania*  
**Titans**

O parentesco é uma daquelas coisas que nos está permanentemente próxima, mas sobre a qual, salvo raras exceções, nunca teorizamos. O parente é aquele com quem se tem um laço de afinidade e solidariedade muito próximo, tão próximo, que o conjunto desses laços constitui uma instituição per si: a família. Mais do que lugar dos afetos, a família é, historicamente, lugar de alianças, que podem ou não passar pelos afetos. Certamente o núcleo primeiro das relações parentais é a maternidade, posto que,



ao contrario da paternidade, mera presunção, esta é fato. No ponto diametralmente oposto, estaria o estrangeiro, não apenas diferente, mas com poucos meios de interlocução. Entre uma coisa e outra, uma miríade de espaços relacionais, estabelecendo e nomeando diversos postos, alguns mais próximos outros mais distantes. E mais. Não apenas estabelecendo nomes para as relações, mas imputando responsabilidades aos relacionados.

O princípio da ancestralidade é sem dúvida o motor primeiro das relações parentais, posto que o parentesco hierarquiza. Os mais velhos têm a precedência e, portanto, a autoridade e o saber, duas instâncias intimamente ligadas. Destarte, estabelecer parentesco aparta da anomia e organiza a vida social, mas também estabelece poderes, pai sobre filho, tios sobre sobrinhos, avós sobre netos,... Isso certamente contribuiu para a multiplicação dos escopos parentais e suas, por vezes confusas e complexas, denominações. Associa-se a isso o praticamente universal tabu do incesto que amplia o alcance das alianças parentais. Tomando como núcleo a unidade de mãe e filhos (eventualmente com pai): se as alianças fossem intranucleares, se reduziria o número de indivíduos alcançados pela solidariedade e pelas obrigações do parentesco. No matrimônio, um parentesco convencional, se filhos casassem com as mães e filhas com os pais, teriam se perdido as chances de se estabelecer relações de reciprocidade entre os núcleos vizinhos, fortalecendo os laços da comunidade (ZONABEND, 1996).

A reciprocidade é outro elemento fundamental no parentesco. O antropólogo francês Marcel Mauss (MAUSS, 2003), estudando sociedades arcaicas, percebeu que as relações humanas são regidas pelo princípio básico da reciprocidade, fundado no dom e no contra-dom. Isso significa que, na interação de pessoas ou grupos, para cada dom (dáviva ou coisa dada) se obriga um contra-dom (um retorno ou retribuição). As obrigações do parentesco podem ser explicadas pela reciprocidade. A necessidade imperiosa de fazer os dons e receber os contra-dons, sejam eles materiais ou imateriais, ata os partícipes destas redes parentais que tendem a se ampliar cada vez mais, afinal quanto mais parentes mais reciprocidade.

Com os escravos do Barão de Santa Justa não há de ter sido diferente. Em primeiro plano aparecem os núcleos familiares diretos, aqueles apreendidos pelos avaliadores do inventário, fundamentalmente, filiações e matrimônios, e, em raros casos, a terceira geração, que examinaremos mais adiante. É possível que algo da dinâmica familiar dos escravos possa ser apreendido. Partimos da premissa de que a

construção de laços sociais demanda tempo e investimento, o que por certo tem implicações na origem dos que se atam. A tabela 4 nos mostra a existência das relações sancionadas obtidas pelos escravos das diversas origens.

Tabela 4: Distribuição dos escravos do Barão de Santa Justa por procedência e existência de parentesco sancionado (1872-1873)

Procedência	Sem Parentesco		Com Parentesco		Total	
	#	%	#	%	#	%
África	77	14.1	54	9.9	131	24.0
Bahia	13	2.4	3	0.5	16	2.9
Ceará	3	0.5	1	0.2	4	0.7
Maranhão	5	0.9	0	0	5	0.9
Minas Gerais	11	2.0	1	0.2	12	2.2
Pará	0	0	1	0.2	1	0.2
Pernambuco	6	1.1	3	0.5	9	1.6
Piauí	4	0.7	0	0	4	0.7
Rio de Janeiro	138	25.4	221	40.5	359	65.9
Santa Catarina	4	0.7	0	0	4	0.7
São Paulo	1	0.2	0	0	1	0.2
Total	262	48.0	284	52.0	546	100.0

Fonte: Inventário do Barão de Santa Justa (Francisco Rodrigues Alves Barbosa), 1872-73. Arquivo Nacional. RJ.

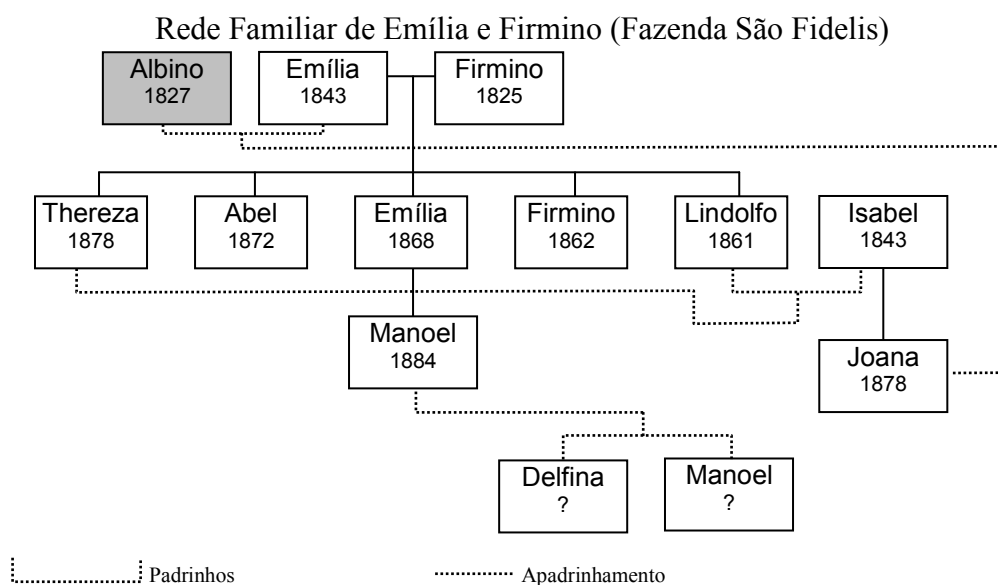
Alguns dados mostrados na tabela não são mais que o esperado. A partir da premissa de que a consecução de laços demanda tempo, era de se esperar que os africanos detivessem mais laços que a maioria dos demais, excetuando-se os fluminenses, por se achar entre eles os nativos das senzalas, que guardam ao menos o laço entre mãe e filho. Isso explica porque, dos cerca de 65% de escravos que são fluminenses, aproximadamente dois terços, isto é, 40,5%, possuem laços parentais reconhecidos pelos avaliadores.

Mas é possível ir além. Como no caso de Cândida, mãe de Bernarda, que foi mãe de Minervino, todos vivendo na Fazenda São Fidelis. Na Fazenda Santa Justa, a que postulamos ser a mais antiga, também aparecem famílias de três gerações, em alguns casos com a geração mais antiga já fora do cativeiro. Foi o que se viu com Juliana, escrava liberta, que em 1846 deu a luz a José, um dos que vingou, cresceu e casou-se. Pouca sorte teve José, além do fardo do cativeiro carregava nos seus jovens ombros a viuvez e os cuidados com Aprígio, seu filho. Nada sabemos sobre a esposa que José perdeu antes dos 26 anos, idade que possuía quando foi feito o inventário do Barão.

Virgínio, Alzira, mãe de Jovita, nascida em 1870, e Alexandra, mãe de Julia, nascida em 1866, também tiveram a ventura de serem filhos de pais alforriados. Também expressivo das possibilidades e do alcance da família escrava nos plantéis do barão é o caso de Ludovina, casada com um liberto que infelizmente desconhecemos o nome. Ludovina, certamente, assim como seu filho Augusto, se beneficiou da condição de liberto do marido. A família transpôs o limite do cativo, tanto para os próprios quanto para aqueles que assentaram os registros de sua existência.

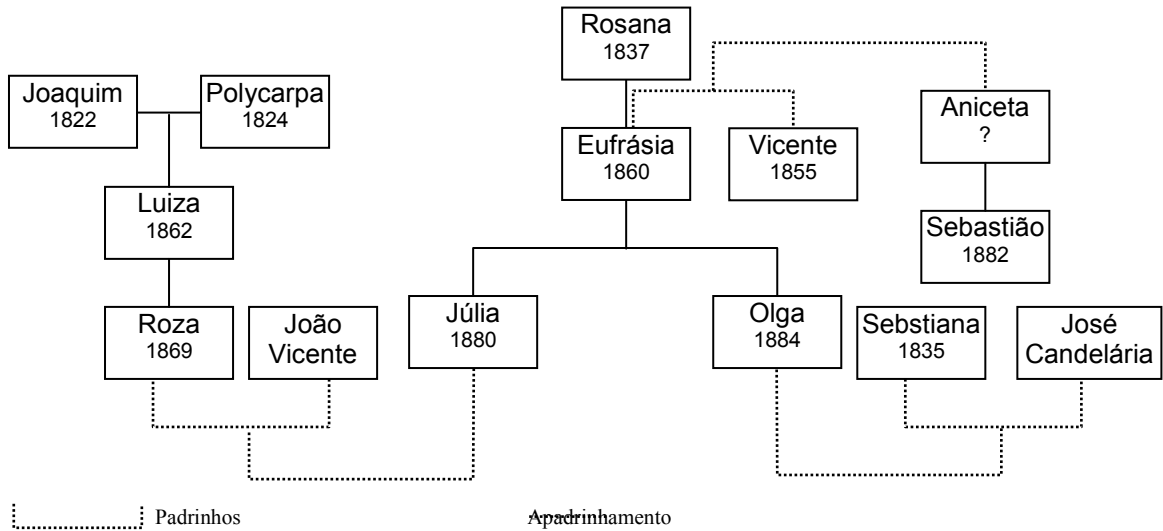
Porém há mais que isso. Embora estejamos trabalhando com fontes distintas, num mundo em que o nome não é uma referência segura de singularidade, como propõe Ginzburg<sup>3</sup>, é possível conjugar informações de fontes diferentes acrescentando o dado do nome, a idade. Deste modo, o cruzamento das informações iniciais, obtidas do inventário do Barão, com as contidas nos registros de batismo, torna-se possível. A partir desse artifício veremos que a rede de reciprocidade ia além do parentesco direto.

Tomemos o exemplo de Emília, escrava na fazenda São Fidélis. Foi casada com Firmino, com quem teve cinco filhos: Lindolfo, Firmino, Emília, Abel e Thereza, a mais nova. Emília, a mãe, foi, junto com o africano Albino, madrinha de Joana, filha de Isabel. Por sua vez, Isabel e Lindolfo apadrinharam Thereza. Emília, a filha, teve um filho que foi apadrinhado por Delfina e Manoel, que pode ter recebido seu nome de seu padrinho. Isso nos remete a repetição dos nomes do casal Emília e Firmino entre os seus filhos, apontando para um legado de nomes como forma de homenagem.



<sup>3</sup> Cf. Ensaio de GINZBURG. “O nome e o como”. In GINZBURG, Carlo, et ali. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. s/d. pp. 171ss.

## Rede Familiar de Eufrásia (Fazenda Santa Justa)



Tomemos um outro caso. Eufrásia era filha de Rosana e mãe de Júlia e Olga. Ela e Vicente, que era cinco anos mais velho, apadrinharam Aniceta, que deve ter nascido em torno de 1865, pouco mais ou menos, visto que em 1882 deu à luz a Sebastião. É possível que Joaquim, o mais velho membro desta rede social estivesse ligado a Sebastião, provavelmente o mais novo por um labirinto de parentesco bastante intrincado, senão vejamos: Joaquim, casado com Polycarpa, era pai de Luíza e avô de Roza. Esta era, junto com João Vicente, madrinha de Júlia, filha de Eufrásia que, com Vicente, era madrinha de Aniceta, mãe de Sebastião.

### **Das dificuldades de se fazer uma história às migalhas**

Embora tenhamos percorrido uma trajetória interessante, caminhando por diferentes alas do labirinto denso da escravidão moderna, os avanços são sempre diminutos. Às apalpadelas, seguimos perseguindo objetivos por vezes complexos demais para as fontes de que dispomos. Aqui tomamos os textos do Frei Velloso como indicativo, pela via negativa, do valor da escravidão enquanto parte de um intrincado sistema social baseado no prestígio. Mais que isso. Uma sociedade ainda movida pelo fetiche do *status*. O que procuramos, no varejo, no inventário do Barão de Santa Justa.

Ainda que guiados pelos versos de Augusto dos Anjos, nos entregamos à tabelas e gráficos, na tentativa de sacar-lhes, não leis, absolutas e inescapáveis, mas tendências, flexíveis, como flexível são as manhas do viver. Com isso foi possível perceber que

como resultantes das diversas estratégias de formação do plantel do Barão, surgem condições específicas de vida de seus escravos. Condições com as quais estes tiveram que se haver, proporcionando-lhes condições (ou imposições) para a construção de suas próprias estratégias. Agregando outras informações, por meio da análise de registros do livro de batismos da paróquia de São Pedro e São Paulo, identificamos, por ilação, quão extensas poderiam ser as tramas das redes de solidariedades engendradas pelos cativos.

Ao cabo de tudo o que procuramos entender aqui, entre migalhas, é que não se pode compreender a sociedade de Antigo Regime em dois blocos distintos, seu corporativismo a transpassava de alto a baixo (FRAGOSO, BICALHO e GOUVEIA, 2001). Criar, ainda que metodologicamente dois mundos coloniais separados é mutilar a análise, desprezando elementos importantes que vêm à luz nas conexões entre as esferas livre e escrava. No fim partilhavam o mesmo corporativismo, em posições sociais opostas. Dizê-lo, não equivale dizer que eram iguais. Nenhum sistema hierarquizado se compõe de um único grupo, seja dominante ou dominando, afinal aprendemos com Thompson que os grupos inexistem *a priori*, estão presos ao seu “fazer-se”.

#### Bibliografia:

1. CASTRO, H. M. e SCHNOOR, E. Resgate: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks. 1995.
2. COSTA, I. N. e SLENES, R. W. “Nota sobre algunos elementos estructurales de la familia esclava brasileña” in: HISLA - Revista Latinoamericana de Historia Económica y Social. Lima, Centro Latinoamericano de Historia Económica y Social, (11):3-11, 1988
3. \_\_\_\_\_. Nota Sobre Ciclo de vida e posse de escravos. [iddcosta.tripod.com/tex/ar28.pdf](http://iddcosta.tripod.com/tex/ar28.pdf)
4. ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
5. FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda (orgs). Ensaio Sobre a Escravidão (I). Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003.
6. \_\_\_\_\_ e GÓES, José Roberto. A Paz da senzala. RJ: Civilização Brasileira, 1997.
7. \_\_\_\_\_ e FRAGOSO, João. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
8. FONER, Eric. Nada Além da Liberdade. São Paulo: Paz e Terra. 1988.

9. FOX, Robin. Parentesco e casamento - uma perspectiva antropológica. Lisboa: Veja, s/d.
10. FRAGOSO, João L., BICALHO, Maria F. e GOUVÊA, Maria de F. (org.). O Antigo Regime nos trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.
11. KULA, Witold. *Teoria Econômica do Sistema Feudal*. Lisboa: Presença. 1979.
12. LUGÃO, A. M. The politic of kinship - compadrio Among Slaves in Nineteenth-Century Brazil. In THE HISTORY OF THE FAMILY. Volume 5, Number 3, pages 287–298.
13. MARQUESE, R. B. Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1680-1880. São Paulo: Companhia das Letras. 2004. MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva”. In.
14. MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2003.
15. RIBEIRO, João Luiz F. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (século XVI e XVII)”. in TOPOI, n.1. 2000.
16. \_\_\_\_\_. "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII". Tempo - Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n.15, p. 11-35, 2003.
17. SILVA, A. da Costa. Um rio chamado Atlântico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2004.
18. SLENES, Robert W. Na senzala uma flor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999.
19. TAUNAY, C. A. Manual do Agricultor Brasileiro. MARQUESE, R. B. São Paulo: Cia. Das Letras. 2001.
20. TOMPSON, E Palmer. Costumes em Comum. São Paulo: Cia. Das Letras. 1998.
21. VELLOSO, José Marianno da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil, melhorado na economia rural dos generos já cultivados, e de outros que se podem introduzir: e nas fabricas que lhe são proprias, segundo o melhor que se tem escripto a este assumpto, colligido de memorias estrangeiras*. Lisboa: s/c. 1798.
22. WERNECK, Francisco de Lacerda. *Memória sobre a Fundação e Custeio de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal. 1985.
23. ZONABEND, Françoise. “Da família: olhar etnológico sobre o parentesco e a família”. In: BURGUIÈRE, A.; LEBRUN, F. *História da família*. V. 1. Lisboa: Terramar, 1996.